

Segunda reunião do grupo de referência.

Data: 24 a 28 de abril de 2023. Praga, República Tcheca.

Estabelecendo uma abordagem de defesa proativa para a Independência das ISCs.

Presidente Milaslava Kala,

Caros colegas,

Bom dia!

Eu gostaria de expressar minha gratidão por ter sido convidado pelo IDI e pela Instituição Superior de Controle da República Tcheca para fazer parte deste *workshop* em Praga.

Estou consciente dos desafios que alguns membros da EUROSAI têm enfrentado e gostaria de manifestar minha solidariedade aos representantes da Polônia, do Chipre, da Macedônia do Norte e de Montenegro, que compartilharam situações concretas de ameaças à independência de suas instituições.

O mecanismo SIRAM, implementado pelo IDI, é o principal instrumento de que dispõe a INTOSAI para auxiliar os países membros que estejam vivenciando ameaças.

Vocês podem contar com o nosso apoio para aprimorar esse mecanismo e para defender, de forma proativa, a independência das ISCs nos níveis global e regional.

Como Presidente da INTOSAI, acredito que podemos dar uma contribuição efetiva no engajamento com as partes interessadas, de modo a encontrar soluções para cenários em transformação e riscos emergentes.

A independência é um valor imperativo para nós.

ISCs independentes aprimoram a atuação do setor público e, conseqüentemente, contribuem para o Estado de Direito, a integridade, o crescimento econômico, a justiça social e a equidade.

A implementação exitosa da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, por meio da avaliação e do acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito local, depende de instituições independentes.

Entretanto, demonstrar aos cidadãos que a independência das ISCs propicia o fortalecimento do escrutínio parlamentar e da democracia, por meio da responsabilização dos governos, é uma tarefa coletiva da INTOSAI, dos grupos regionais e das instituições individualmente.

Para agregar mais valor para os cidadãos, as ISCs precisam ser percebidas como entidades confiáveis. E elas apenas merecerão confiança se forem percebidas como instituições competentes, independentes e com capacidade efetiva para prestar contas.

Ao atender às expectativas dos cidadãos, com a devida priorização das auditorias e monitoração de resultados, as Instituições Superiores de Controle ampliam sua relevância.

Convido-os à seguinte reflexão: **como podemos, todos nós, como membros de Instituições Superiores de Controle independentes, contribuir efetivamente para a defesa da democracia?**

Essa pergunta tem um pressuposto claro: **que nós podemos contribuir para a defesa da democracia**, dependendo de arranjos institucionais, competências normativas e, claro, contextos nacionais.

Em um cenário contemporâneo, as ISCs são guardiãs dos negócios públicos e atores com a missão de garantir o sistema de freios e contrapesos. Elas são, portanto, instituições fundamentais para o funcionamento adequado de governos democráticos.

Ao longo dos séculos, percebeu-se que um poder, às vezes, não é capaz de contrabalançar os demais. Fez-se necessário, então, criar instituições cujo único propósito fosse disciplinar o uso do poder estatal.

Esse conjunto de instituições foi identificado como o setor responsável pela integridade, cujo objetivo seria realizar a prestação de contas horizontal entre os diferentes setores do governo.

Um dos modelos mais comuns de instituição responsável pela prestação de contas horizontal é a Ouvidoria.

Mas o que todas as instituições identificadas como Ouvidorias têm em comum?

Independência funcional e imparcialidade.

Quanto mais poderosa for a Ouvidoria, mais ela transitará entre as funções de auditar, investigar, denunciar ou até mesmo processar órgãos e agências governamentais.

É comum, também, usar-se o termo “cão de guarda” para esse tipo de autoridade, seja para caracterizar seus agentes, especificamente, seja para designar o colegiado que desempenha tais funções.

Senhoras e senhores, como vocês veem, podemos reconhecer, a partir desta estrutura teórica, **as Instituições Superiores de Controle como verdadeiras Ouvidorias**. Afinal, existe uma clara **sobreposição** das competências tradicionalmente atribuídas a nós com a definição que acabo de lhes apresentar.

No caso do TCU, nós temos sido crescentemente qualificados como um órgão fundamental para o bom funcionamento da democracia brasileira.

Como Ouvidoria, o Tribunal atua como um defensor dos interesses dos cidadãos, recebendo denúncias e reclamações relativas a irregularidades na administração pública e buscando soluções para os problemas apresentados.

Essa ação do Tribunal é essencial para o que eu chamo de sustentabilidade institucional, mesmo em tempos de normalidade democrática, porque ela garante um maior controle sobre a gestão dos recursos públicos e uma participação popular ativa no processo de monitoração e controle do Estado.

Ao garantir transparência e responsabilidade na gestão de recursos, o Tribunal de Contas brasileiro contribui também para o fortalecimento da cultura democrática em nossa sociedade e para a promoção do desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Para ilustrar o que afirmo, gostaria de compartilhar uma experiência difícil que enfrentei como Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano passado, a independência do nosso Tribunal foi desafiada, em um contexto politicamente complexo, ao participar da auditoria do sistema eleitoral.

No Brasil, adotamos o sistema eletrônico de votação, nas eleições gerais, desde 1996.

À medida que os anos se passaram, as urnas eletrônicas foram melhoradas e reconhecidas, nacional e internacionalmente, como um modelo de sucesso.

Após as eleições de 2018, em um contexto de extrema polarização política, o governo eleito – aparentemente já preocupado com possíveis dificuldades para se reeleger – começou a levantar suspeitas, inclusive de maneira institucionalizada, sobre a confiabilidade dos resultados das urnas eletrônicas, chegando a sugerir o retorno ao voto em papel.

A população brasileira começou, então, a debater intensamente essa questão nas redes sociais e na imprensa.

Face aos ataques mencionados, foi necessário, mais do que nunca, assegurar à população brasileira a auditabilidade, a credibilidade e a segurança do sistema de votação eletrônico.

Nosso Tribunal tomou para si a responsabilidade de atestar a veracidade da informação contida no sistema eletrônico por meio de auditorias sérias e responsáveis, com uma metodologia robusta e adequada aos seus propósitos.

O Tribunal alocou 54 auditores para vistoriar 540 urnas eletrônicas nos dois turnos das eleições, nos 26 estados da federação, e outros 15 auditores na sede do Tribunal, na capital federal, para verificar se os dados constantes dos equipamentos eram idênticos aos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Foi feita a análise de uma amostra de 4.161 urnas eletrônicas no primeiro turno das eleições. Cerca de 5,8 milhões de informações foram comparadas e nenhuma divergência foi encontrada.

As urnas eletrônicas são confiáveis, o sistema de votação provou-se robusto, e a narrativa usada por alguns políticos e partidos para atacá-lo caiu por terra.

É importante destacar, também, que **a equipe de auditores do Tribunal nunca encontrou qualquer obstáculo ao livre exercício de suas funções de auditoria**, nem qualquer restrição para obter acesso a informações, sistemas eletrônicos, contratos, códigos ou algoritmos sob custódia do Tribunal Superior Eleitoral.

O Tribunal relatou que não houve nenhum risco significativo à realização das eleições de 2022, na medida em que os órgãos responsáveis puderam desempenhar suas funções institucionais sem sobressaltos e dentro dos limites estritamente constitucionais, como vem ocorrendo ao longo dos últimos 30 anos.

Além disso, organizações internacionais igualmente atestaram a confiabilidade das eleições brasileiras.

Nós recebemos e colaboramos com a missão da Organização dos Estados Americanos (OEA), para a qual apresentamos a metodologia e os resultados da nossa auditoria.

As instituições deram uma demonstração de resiliência e compreensão do momento histórico. Organizações e movimentos sociais, entidades de classe, imprensa, agentes políticos, academia e setores da iniciativa privada uniram-se em frentes, coalizões e redes em defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

A atuação do Tribunal de Contas da União, como um ator central na rede de instituições, que inclui o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público e o Senado Federal, entre outros, foi fundamental para demonstrar a força e a resiliência das instituições brasileiras, que sustentaram a democracia em um momento difícil.

O Brasil concluiu uma das mais desafiadoras eleições nacionais de sua história. A soberania popular foi alcançada, e a jornada cívica aconteceu com uma participação ampla, transparência e segurança.

A lisura do nosso sistema eleitoral foi reconhecida em todo o mundo, por diversos países, blocos multilaterais, observadores e organizações internacionais, e elogiada por líderes de todo o espectro político brasileiro e setores sociais.

E é com esta observação que concluo minha apresentação, retornando à pergunta inicial, com uma reflexão para os senhores: **de que maneira as Instituições Superiores de Controle dos seus países podem (e devem) contribuir para a proteção da democracia?**

Muito obrigado!